

# A disputa entre o parlamentarismo e o presidencialismo nas páginas do *Diário de Notícias* (1963)

1) Autor: Paulo Eduardo Fasolo Klein, graduando de História, bolsista IC (UFRGS)

2) Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise - (UFRGS)

## INTRODUÇÃO

Desde 1961 o Brasil vivia sob o regime parlamentarista, adotado às pressas pelo Congresso Nacional para acomodar forças políticas após a crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros. Com tal atitude inesperada, o caminho constitucional seria a posse do vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entretanto, esta é vetada pelos ministros militares, que temiam a influência de Goulart junto a setores da esquerda nacional. Com a mobilização da Campanha da Legalidade e de forma a evitar uma guerra civil, o Congresso Nacional decide adotar o parlamentarismo no país, diminuindo assim os poderes de Jango. Na emenda constitucional que implantou tal mudança estava previsto a realização de um referendo para que a população se pronunciasse sobre o sistema político. Marcado para o fim do mandato de Goulart, acaba sendo antecipado para o início de 1963. A única pergunta na cédula era “Aprova o ato adicional que institui o Parlamentarismo?”. As campanhas pela manutenção do parlamentarismo com o SIM e a restituição do presidencialismo com o NÃO tomariam caminhos bem diferentes nas páginas de um dos principais jornais do Rio Grande do Sul na época, o *Diário de Notícias*.

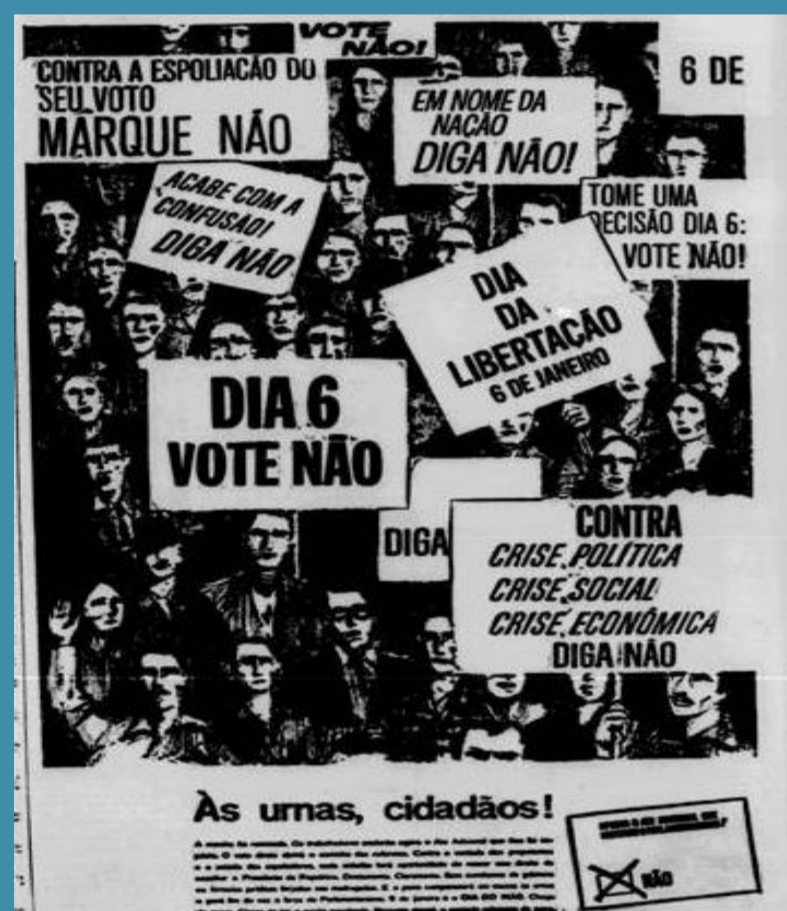
## OBJETIVO

Este trabalho pretende mostrar as diferenças nas campanhas para a manutenção do parlamentarismo e a volta do presidencialismo como sistema político brasileiro nas páginas do jornal *Diário de Notícias*.

## CONSIDERAÇÕES

A campanha pelo NÃO tinha como grande promotor o próprio presidente Goulart e seus correligionários do PTB. Diversos investimentos foram feitos, abrangendo rádio, televisão e imprensa para que o presidencialismo voltasse a ser o sistema político brasileiro vigente. Nas páginas do *Diário de Notícias* foram veiculadas as imagens retratadas nas figuras 1 a 4. O texto presente nelas coloca o parlamentarismo como grande empecilho para que Goulart consiga implementar as reformas de base no Brasil, medidas que possibilitariam um desenvolvimento autônomo e sem sucessivas crises pelas quais o país passava causadas pela agitação política. A posição em que tais veiculações aparecem no jornal indica uma campanha relativamente discreta. Foram publicadas em páginas mais centrais ou finais, por menos de um mês. Fora no dia do referendo (6 de janeiro de 1963), nunca ocuparam a capa ou contracapa, por exemplo, locais onde teriam maior destaque.

Por outro lado, o SIM, opção que manteria o regime de gabinete no país, simplesmente não teve representantes publicando seu apoio no *Diário*. Pelo contrário, um “A pedido” veiculado no dia 25 de dezembro de 1962 indica o clamor de apoiadores do parlamentarismo para que também se vote no NÃO e acabar com o sistema tal qual vinha sendo regido, conforme figura 5. Dois dias depois, um novo “A pedido” insiste na derrubada do ato adicional também por parte dos parlamentaristas, afirmando que tal qual foi instituído, o sistema híbrido e improvisado não servia bem ao país.



Figuras 1, 2, 3 e 4 - *Diário de Notícias*, 17, 23, 25 e 30 de dezembro de 1962, p. 15, 14, 8 e 14

A PEDIDO  
**AOS PARLAMENTARISTAS CUMPRE ZELAR PELA PUREZA DO SISTEMA DE GABINETE; DIGA NÃO A ESSE PARLAMENTARISMO DESFIGURADO E COMPROMETEDOR**

Figura 5 - *Diário de Notícias*, 25 de dezembro de 1962, p. 3

## CONCLUSÕES

O referendo de 1963 acabaria com uma votação expressiva de quase 80% a favor do NÃO, contra 17% pelo SIM. O pleito encerrava a experiência parlamentarista republicana no Brasil e restituía a Goulart os poderes que lhe eram de direito desde 1961. Adotado às pressas no meio a uma crise que quase levou o Brasil a uma guerra civil, o parlamentarismo acabaria estigmatizado com uma imagem de golpismo.

As campanhas (ou sua falta) pelo SIM ou NÃO indicam o descrédito que houve por parte dos agentes políticos na força do parlamentarismo para se manter como sistema político.

O jornal *Diário de Notícias* participou da cobertura desses eventos e como qualquer imprensa, veiculou seus valores e visões de mundo, ainda que se anunciasse isento e imparcial. Fica claro ao ler suas páginas que não possuía simpatia por João Goulart e o projeto de país que ele representava mas considerou importante a realização do referendo, ainda que com isso o poder de Goulart fosse reestabelecido.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo**. Revista de Sociologia e Política, nº 4/5, 1995, p. 131-148.
- CINTRA, Antônio Octávio. O Sistema de Governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia Mercês de; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, Ed. da UNESP, 2015. p 61-78.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007
- MELO, Demian Bezerra de. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2009.



**Universidade:  
presente!**

UFRGS  
PROPESQ



XXXI SIC

21.25. OUTUBRO. CAMPUS DO VALE